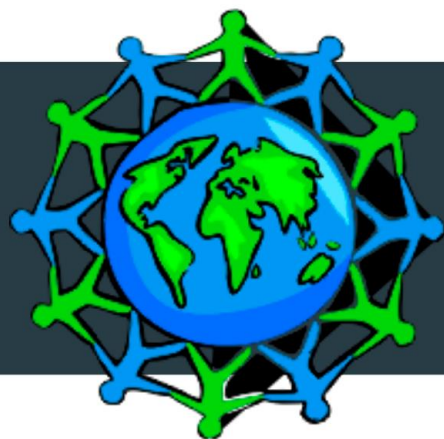




Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 10 | QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

POLÍTICA PÚBLICA E MORADIA DIGNA EM IMPERATRIZ-MA? **significados do programa minha casa minha vida nos conjuntos** **habitacionais Itamar Guará I e II**

PUBLIC POLICY AND DIGNA HOUSING IN IMPERATRIZ-MA? meanings of the minha
casa minha vida program in housing developments Itamar Guará I and II

Kaio de Moura Silva¹
Jailson de Macedo Sousa²

RESUMO

O presente artigo se ocupou em estudar as formas que têm se configurado a política habitacional mediante o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV na cidade de Imperatriz-MA, em particular, nos conjuntos habitacionais Itamar Guará I e II, que se localizam na porção sul da cidade, às margens da BR-010 no sentido Brasília. Assim sendo, este estudo se ampara nas abordagens qualitativa e quantitativa. Nessa direção, foi utilizado o método dialético, haja visto que a dialética fornece uma compreensão holística da realidade social investigada. Como técnicas de pesquisa, foram utilizadas a observação simples e entrevistas semiestruturadas.

Palavras-Chaves: Política Habitacional. Programa Minha Casa Minha Vida. Segregação Socioespacial.

ABSTRACT

This article was about studying the way housing policy has been configured through the Minha Casa Minha Vida Program - PMCMV in Imperatriz-MA, particularly in the Itamar Guará I and II housing estates, which are located in the southern portion of the city, on the banks of BR-010 in the direction of Brasília. Therefore, this study is based on qualitative and quantitative approaches. In this direction, the dialectic method was used, since dialectics provides a holistic understanding of reality. Simple observation and semi-structured interviews were used as research techniques.

Keywords: Housing Policy. My Home My Life Program. Empress-Ma. Socio-Spatial Segregation.

¹ Graduando em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. E-mail: kaiomsil18@gmail.com.

² Professor adjunto da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. E-mail: geoparsagada@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar resultados de uma pesquisa de iniciação científica sobre “os significados das políticas habitacionais a partir do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV na cidade de Imperatriz –MA e as suas relações com a segregação socioespacial presente nos conjuntos Itamar Guará I e II”.

A presente investigação se ampara nas abordagens qualitativa e quantitativa, considerando ambas como complementares no processo de análise das dinâmicas que envolvem a produção do espaço urbano, em particular, a moradia. Como método de investigação, utilizou-se o dialético, pois nos permite uma compreensão holística da realidade. As técnicas utilizadas foram a observação simples e entrevistas semiestruturadas com os/as responsáveis pela unidade familiar nos conjuntos habitacionais Itamar Guará I e II.

2 CONFIGURAÇÕES DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

A evolução das políticas habitacionais implantadas no território brasileiro, foram marcadas por processos de desigualdades e exclusão, denotando elementos da segregação socioespacial.

Destacam-se as ações dos Institutos de aposentadorias e Pensões – IAPS que atuaram no setor habitacional a partir de 1937, nesta política eram beneficiadas as populações que tinham registro formal no mercado de trabalho, os/as trabalhadores/as formavam grupos de associação a partir de suas categorias de trabalho. Uma das críticas tecidas aos IAPS no setor habitacional se deu pelo fato dos benefícios se destinarem apenas para pessoas com carteira de trabalho assinada, excluindo os trabalhadores do mercado informal, por exemplo.

A partir de 1964, durante o regime militar, foi implantado o Banco Nacional de Habitação – BNH. Foi um período em que as políticas habitacionais no país ganharam visibilidade pelo Estado, promovendo a criação de um Sistema Financeiro de Habitação – SFH. Porém, as populações de baixa renda não foram alcançadas de forma efetiva. A esse respeito, Azevedo (1988, p.116), ressalta “apesar da grandiosa quantidade de unidades financiadas pelo BNH nos seus 22 anos de existência – quase 4,5 milhões [...] Entre as unidades financiadas pelo BNH, apenas 33,5 % foram destinadas aos setores

populares”. O regime militar chegou ao fim, bem como as políticas habitacionais do período.

A partir desse momento as políticas de habitação no país passaram por diversos ministérios e secretarias, houve um enfraquecimento da atuação do Estado que só foram pensadas a partir do século XXI, de especial modo, com a implantação do PMCMV em 2009. O Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV encontra-se subdividido em quatro faixas e para cada faixa há um público particular. Nesse sentido, destaca-se na

Tabela 1 estas informações.

Tabela 1: Faixas e exigências salariais do PMCMV (2019)

Faixas de renda	Exigência de salário em R\$
Faixa 1	Até 1.800,00
Faixa 1,5	Até 2.600,00
Faixa 2	Até 4.000,00
Faixa 3	Até 7.000,00

Fonte: Caixa Econômica Federal (2020)

Organização: autor, 2020.

A faixa 1 destina-se às populações que dispõem de renda mensal de até R\$ 1.800 (Hum mil e oitocentos reais). A faixa 1,5 por sua vez, é destinada às populações que apresentam renda mensal de até R\$ 2.600 (Dois mil e seiscentos reais). A faixa 2 se volta às populações cujos rendimentos salariais alcançam até R\$ 4.000 (Quatro mil reais) e a faixa 3 é destinada aos que possuem renda mensal de até R\$ 7.000 (Sete mil reais).

Portanto, a partir do PMCMV, o Estado promoveu o acesso ao crédito a distintos atores, reduzindo taxas de juros. A intenção de inserir distintas classes econômicas na esteira do financiamento habitacional surgiu como uma oportunidade, principalmente, para os grupos sociais de baixa renda adquirirem a casa própria. Essa mudança representou avanços quando comparada às políticas difundidas antes do PMCMV, uma vez que se tornou universal.

Porém, em alguns estudos sobre o PMCMV, como por exemplo, no livro *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais*, organizado por Adauto Cardoso (2013), distintos estudiosos/as enfatizam diversos problemas relacionados a distância dos conjuntos habitacionais contemplados pelo PMCMV em relação às áreas centrais das cidades, bem como as carências existentes nos respectivos conjuntos, ou

seja, falta de acesso aos serviços de saúde, educação, espaços de lazer, segurança e infraestrutura em geral. Assim sendo, é destacado a seguir os resultados obtidos por meio da pesquisa empírica realizada.

Nesse sentido, esta pesquisa é a sequência de passos iniciados no ano de 2018, com base nisso. Mediante os dados obtidos nos anos anteriores, a etapa de 2020, foi direcionada às questões colocadas em relevo pelos moradores/as, ou seja, ao longo das pesquisas realizadas, houve a necessidade de aprofundamento dos conteúdos a serem investigados para a aproximação da realidade estudada e vivenciada pelos moradores/as. O quadro 1 confirma as finalidades das etapas da pesquisa desenvolvidas nos anos de 2018 e 2019.

Quadro 1: Pesquisa de campo desenvolvida no conjunto habitacional Itamar Guará

Público entrevistado	Etapas	Objetivos	Técnicas de pesquisa
Responsáveis pela unidade familiar das moradias no conjunto habitacional Itamar Guará	16/06/2018	Caracterizar o perfil socioeconômico dos moradores; analisar as condições de moradia do conjunto;	• Observação simples; • Entrevistas semiestruturadas.
	20/08/2018	compreender a satisfação da população com suas moradias e entender a assistência do poder público municipal no conjunto.	
	18/05/2019	Identificar a partir das vozes dos moradores os impactos positivos e negativos ao adquirirem a casa própria pelo PMCMV. E as possíveis sugestões de melhorias para o conjunto.	

Organização: autor, 2020.

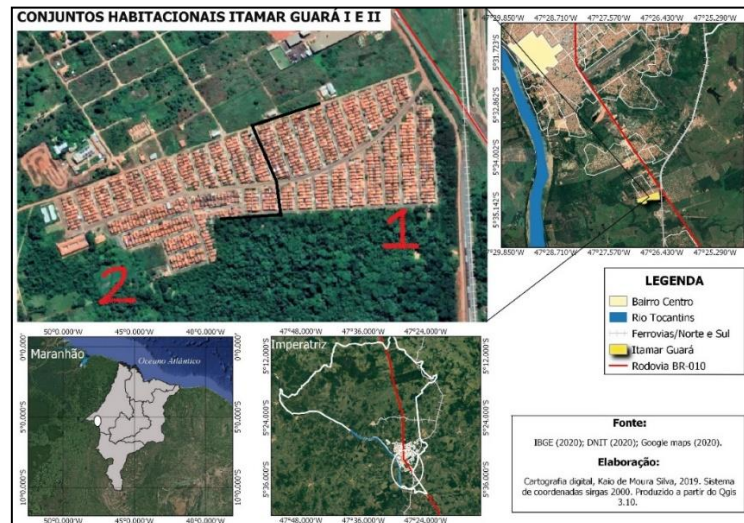
Nessa direção, são apresentados resultados da pesquisa empírica realizada neste ano de 2020, apresentando novos conteúdos que fortaleceram as reflexões desenvolvidas anteriormente.

3 O PMCMV EM IMPERATRIZ: significado e conteúdo da política habitacional a partir dos conjuntos habitacionais Itamar Guará I e II

Os conjuntos habitacionais Itamar Guará I e II foram implantados na cidade de Imperatriz no ano de 2012 mediante o PMCMV (faixa 1) e entregues à população da cidade no ano de 2013, fornecendo 500 moradias em cada conjunto habitacional. Estão localizados na porção sul da cidade de Imperatriz, à margem direita da BR-010 no

sentido Brasília e ao lado da Ferrovia Norte e Sul. Na figura 1 é apresentado o mapa de localização de ambos os conjuntos.

Figura 1: Mapa de localização dos conjuntos habitacionais Itamar Guará I e II



Estes conjuntos habitacionais foram implantados em uma mesma área (uma fazenda). Os moradores não consideram esta divisão proposta de Itamar Guará I e II. Segundo eles, essa divisão aconteceu pelo fato das obras no processo de construção das moradias terem acontecido em dois momentos distintos. Este fato é comprovado no manual de uso, operação e manutenção da edificação, disponibilizado pela empresa construtora. Assim, neste estudo, concorda-se com esta compreensão dos moradores, embora o poder público municipal tenha estabelecido em sua licitação a divisão dos conjuntos.

Cabe ressaltar que a pesquisa de campo aconteceu no dia 01 de fevereiro de 2020, foram realizadas entrevistas com 20 (vinte) responsáveis pelas unidades familiares. Desses, 03 (três) foram escolhidos para apresentação direta nesta pesquisa. É considerado neste estudo o caráter qualitativo expresso por meio das vozes dos sujeitos na compressão da realidade. Chizzotti (2003, p.221) enfatiza que a pesquisa qualitativa procura “encontrar o sentido [dos] fenômenos quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles.”

No conjunto dos elementos pesquisados, com o intuito delimitarmos e especificarmos a investigação foram destacados dois blocos distintos, sendo:

- Área total do terreno; Condições de estrutura das casas; Acesso ao saneamento básico (água, rede de esgoto e de coleta de lixo);
- Segurança pública e lazer; Acesso aos serviços de saúde e educação.

Assim sendo, é destacado a seguir as vozes dos entrevistados no tocante ao primeiro bloco da entrevista realizada com os concernentes responsáveis pela unidade familiar.

O terreno da minha casa é de 8 metros de frente por 16 de fundo e pago 35,00 R\$ (trinta e cinco reais) por mês pela minha casa. As coisas aqui no Itamaruará aconteceram de forma muito contraditória. As casas foram entregues com material de péssima qualidade, totalmente diferente do proposto no projeto. Aqui em casa não foi feito a colocação de cerâmicas no piso, apenas na cozinha, tive que fazer reformas, por conta de problemas relacionados a rachadura das paredes. As janelas no projeto estão como se fossem de vidro e foram entregues de ferro. O forro da casa é muito baixo e são ferros que sustentam o teto, deixando assim muito quente o ambiente. O saneamento básico aqui é outro problema. Infelizmente o bairro não foi planejado para conciliar a natureza com as habitações. O esgoto que a população produz escorre todos para um riacho que antes da construção do bairro, servia para lazer, pescar. Isso é um crime ambiental. Com relação a ronda policial, aqui acontece com frequência, só não temos posto policial. A coleta de lixo e a iluminação pública são dois elementos que atendem nossas necessidades também. (Morador 1. Entrevista realizada em 01/02/2020).

O terreno aqui é de 8/16 acredito que seja assim para todos. A mensalidade que eu pago é de 58,30 R\$ (cinquenta e oito reais e trinta centavos) pela casa. Infelizmente as casas não superaram as expectativas, problemas com rachaduras são muito frequentes aqui no Itamaruará, teve casos em que os moradores tiveram que fazerem reformas em toda a casa. Se você for aqui na cozinha, vai perceber outra coisa contraditória, duas tomadas acima da pia de lavar louça, correndo risco de pegar choque elétrico. Outra situação que me deixa triste é que o esgoto escorre para o riacho aqui e mata nossa água que era para ser um espaço de pesca e de divertimento e de aproximação das pessoas do bairro. A iluminação e a coleta de lixo aqui são boas, não tenho o que reclamar, quanto ao policiamento só temos ronda mesmo (Morador 2. Entrevista realizada em 01/02/2020)

Meu terreno é de 8/16 e pago 60,00 R\$ (sessenta reais) de mensalidade. Há mais de cinco anos eu moro aqui no Itamaruará. A casa já apresentou rachaduras e o banheiro infiltra muita água nas paredes, as cerâmicas são outros problemas e é porque só foram implantadas três anos depois da entrega das casas. A água aqui não é boa, adoce as pessoas e o esgoto sempre estouram nas ruas, aí eles vêm arrumar. Quanto a iluminação, pelo menos a nossa rua aqui é boa e a coleta de lixo, também, acontece na segunda, quarta e sexta. Infelizmente não temos posto policial, apenas no projeto, mas contamos apenas com rondas policiais, isso é um problema porque um bairro desse tamanho e não ter um posto policial só da brecha para a ação de criminosos. O conjunto tem alguns problemas com jovens usuários de drogas que acabam roubando para usar drogas, isso é um problema, pois deixa a população aflita, principalmente os pais sem saber o que fazer, até porque esse é um caminho que só leva para o pior. (Moradora 3. Entrevista realizada em 01/02/2020)

Com base nas vozes dos moradores, entende-se o sentido caótico que tem configurado as dinâmicas socioespaciais no conjunto. Um dos problemas mencionados pelos moradores diz respeito a estrutura das casas, haja visto que foram entregues sem nenhum compromisso com a população beneficiária, apresentando rachaduras nas paredes, pelo fato de serem construídas com material de má qualidade. Nessa direção, as figuras 2 e 3 confirmam este fato destacado conforme as vozes dos moradores/as.

Figura 2: Foto Estrutura de moradia



Organização: autor, 2020.

Figura 3: Foto Estrutura de moradia



Organização: autor, 2020.

Nesse sentido, são identificados graves problemas no que diz respeito ao compromisso do Estado com relação a garantia do direito à moradia digna, indo de encontro com os princípios da Constituição Federal – CF. Estes problemas indicam para uma problemática maior, ou seja, a segregação socioespacial que segundo Sposito (2013)

[...] quando se radicaliza e se expressa como segregação socioespacial, não está dada pela linha férrea, não se estabelece por si na lei, não se configura porque resulta de uma ocupação inadequada. Esses fatos só ganham significado no modo como a sociedade os lê, decodificando-os e os representa, usando-os para, em suas ações, em suas práticas e em suas visões, constituir e reproduzir a segregação. Neste movimento, há razões e emoções, normas e transgressões, explicações e crenças, o estrutural e ideológico, há identidade e intolerância, há o concreto e o abstrato, e muito mais. (SPOSITO, 2013, p.67).

Ainda considerando as condições estruturais e neste cenário as condições de saneamento básico do conjunto habitacional Itamar Guará, os moradores destacam, problemas relacionados à poluição de um riacho que é afluente do rio Tocantins que passa nas margens do conjunto. Acerca desta afirmação, o morador 2 salienta “[...] o

esgoto escorre para o riacho aqui e mata nossa água que era para ser um espaço de pesca e de divertimento para o bairro.” Este problema do saneamento básico pode interferir diretamente na ligação dos indivíduos com o conjunto habitacional, no caso específico da poluição do riacho, podem diminuir as condições dos indivíduos terem relações afetivas em seu dia a dia no conjunto.

No tocante ao segundo bloco de investigação, o objetivo se voltou a analisar as condições de infraestrutura do conjunto habitacional Itamar Guará, considerando as condições de saúde, educação e lazer. Diante disso, são destacadas as vozes dos entrevistados:

O Itamar Guará conta com um posto de saúde. Nele atuam os agentes de saúde, médicos. Com relação aos médicos, eles têm os dias na semana para atender a população. Acho que duas ou três vezes. A área do conjunto era uma fazenda, aqui tinha uma sede e serviu para a implantação do posto de saúde. Se fosse para apontar uma melhoria na área da saúde, seria para aumentar a frequência de médicos no posto de saúde, porque as populações não precisariam se deslocarem para outros bairros. Com relação a educação, aqui a gente tem uma escola municipal que tem a educação infantil e o ensino fundamental. Porém, para estudar o ensino médio, os alunos se deslocam para outros bairros da cidade. Com relação a educação infantil, temos um problema, tem uma creche que está com obra parada com bom tempo. Acredito que se terminassem a obra, iria melhorar a vida de todos aqui, até porque tem mães que não trabalham pelo fato de não terem onde colocar suas crianças. Não temos áreas de lazer. Temos áreas verdes, mas infelizmente não há uma integração da população com esses espaços, pelo fato de não termos praça (que tem até o lugar, mas não fizeram). (Morador 1. Entrevista realizada em 01/02/2020)

O Itamar Guará tem um posto de saúde com médicos tanto do governo do estado como do município que atendem em dias específicos durante a semana. Acredito que poderia melhorar com mais atendimentos hospitalares, como um cirurgião dentista, seria muito bom, assim para arrancar um dente a gente não precisaria ir buscar em outro bairro. Com relação a educação aqui, temos escola do ensino fundamental, que por sinal é muito boa e grande. Porém, os estudantes do ensino médio têm que se deslocar para outras escolas da cidade se quiserem. Também não temos creche para as crianças, apenas uma obra eleitoreira que está parada. Na minha opinião essa creche deve ser inaugurada. As crianças merecem e o povo merece. As áreas de lazer é outra carência, pois, não temos nada aqui. Temos até uma área destina à construção de uma praça, mas até hoje nada foi feito, seria bom ter uma área de distração e de divertimento. (Morador 2. Entrevista realizada em 01/02/2020)

O conjunto tem posto de saúde com médicos, enfermeiros e agentes de saúde. Na minha opinião os serviços atendem a necessidade da população. Se fosse para melhorar algo seria na promoção de maior frequência dos médicos. Nós temos uma escola do ensino fundamental, que é muito boa, mas escola do ensino médio não temos é o jeito sair para outros bairros se quiser estudar. Temos uma creche com obras paradas a um bom tempo. Acho que se entregassem essa obra logo seria importante para o conjunto, principalmente, para as mães que desejam trabalhar. Aqui a gente não tem área de lazer. Tem uma praça que só está em projeto. Acho que a construção

de campo de futebol, quadra poliesportiva seria uma boa para a população.
(Moradora 3. Entrevista realizada em 01/02/2020)

Diante das vozes apresentadas, observa-se que as condições de infraestrutura do conjunto habitacional Itamar Guará estão marcadas por intensas ausências, sobretudo, no que tange a oferta de serviços de saúde, educação e lazer. Os moradores enfatizam que possuem posto de saúde e contam com alguns profissionais da área. Entretanto, apresentam propostas de melhorias como a ampliação dos serviços, evitando os deslocamentos para outras áreas da cidade com estas finalidades.

De acordo com os/as entrevistados, observou-se que para estudar nas séries do ensino médio, os alunos têm que se deslocar para outras escolas de distintos bairros da cidade, como Conjunto Vitória, Centro, Nova Imperatriz, entre outros. Assim sendo, os deslocamentos ficam em torno de 3 a 9 km partindo do conjunto habitacional Itamar Guará. Portanto, a carência de escolas para atender jovens do ensino médio, aumentam as dificuldades de acesso à educação. Investir em educação pode refletir em melhorias nas áreas da saúde e segurança, principalmente pelo fato da educação ser a arma mais sadia de combate às desigualdades sociais. Conforme Negri (2008):

Morar num bairro periférico de baixa renda hoje significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, renda, cultural. Um morador de um bairro periférico pobre tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente. Implica, na maioria dos casos em apenas reproduzir a força de trabalho disponível para o capital. (NEGRI, 2008, p.136)

Os moradores revelam que existe a obra de construção de uma creche que está paralisada. Considerada obra eleitoreira, teve início no governo do então prefeito Sebastião Madeira (2009-2016) e nunca foi entregue à população.

Sabe-se que as creches são instituições importantes, pois, além de promoverem o desenvolvimento da criança em seu processo inicial de aprendizagem, possibilitam aos pais oportunidades de exercerem funções trabalhistas. Fornecendo sugestões de melhorias para a educação do conjunto o morador 2, enfatiza *“Na minha opinião essa creche deve ser inaugurada, as crianças merecem, o povo merece.”* Diante disso, a figura 4 apresenta a creche que está com obras paralisadas.

Figura 4: foto de creche com obras paralisadas



Organização: autor, 2020.

Ainda considerando os resultados obtidos por meio da pesquisa empírica, foram identificados problemas no conjunto relacionados à carência de espaços de lazer. Mediante as vozes dos moradores/as, percebe-se que estes almejam, a construção de um espaço de lazer. O morador 1, por exemplo, ressaltava a importância do espaço de lazer para promoção de envolvimento dos indivíduos com a natureza e demais moradores, quando diz *“Não temos áreas de lazer. Temos áreas verdes, mas não há uma integração da população com esses espaços, pelo fato de não termos praça (tem até o lugar, mas não fizeram).”*

Diante desses fatos ressaltados, Carvalho, Patrício e Schuett (2014), acerca dos espaços de lazer e a atuação das políticas habitacionais, destacam que:

As áreas de convivência e lazer foram negligenciadas, historicamente, nos projetos de Habitação de Interesse Social. O “Minha Casa Minha Vida”, programa do governo federal iniciado em 2009, não foge a essa regra. É sabido, no entanto, que áreas livres e de lazer, quando bem projetadas, são importantes para a produção de moradias que ofereçam mais qualidade de vida aos moradores. Esse tipo de espaço é capaz de promover permeabilidade, ao mesmo tempo em que evita ocupações informais – os famosos “puxadinhos” –, pois é dado um uso, que pode ser de lazer, recreação e estar permitindo uma relação de convivência entre os moradores (CARVALHO, PATRÍCIO e SCHUETT, 2014, p.2)

Nessa perspectiva, os moradores apresentam propostas que poderiam serem acatadas pelo poder público, haja visto que o conjunto habitacional não celebra nenhuma festa específica do bairro que poderia promover maiores relações de afetividade entre a população do Itamar Guará. A este respeito, o morador 1 propõe

uma sugestão interessante que “[...] seria a revitalização do riacho e a construção de uma praça para o povo ter condições de conversarem, passearem.” Nessa perspectiva, é apresentado na figura 11 as condições que se apresenta o referido riacho.

São identificados no bairro, manifestações que partem dos próprios moradores em prol da tentativa de estabelecer espaços de lazer improvisados, principalmente para a prática esportiva do futebol, proporcionando tanto o desenvolvimento de atividades físicas que ajudam nas condições de saúde dos moradores, como na interação social destes. Carvalho, Patrício e Schuett (2014, p.7) ressaltam que “ o espaço de uso comum é capaz de oferecer maior qualidade de vida aos moradores de habitação de interesse social, criando uma relação de convívio ao mesmo tempo em que pode oferecer serviços. ” Nesse sentido, o lazer é fundamental para a vida dos cidadãos.

O lazer, assim como qualquer outra atividade social, necessita de espaço. Terrenos baldios na periferia se tornam campinhos improvisados, festas juninas são realizadas em centros comunitários ou nos pátios de igrejas e escolas. Atividades esportivas por sua vez, podem recriar ambientes já consolidados no exterior das comunidades, mimetizando de forma intencional ou espontânea pistas de atletismo, quadras e campos esportivos. (FRANK e Yamaki, 2016, p.93)

Nessa direção, são apresentadas nas figuras 5 e 6, que expressam a apropriação do espaço pela população do Itamar Guará para a promoção de práticas de lazer, de especial modo, para a prática do futebol, confirmando a citação de Frank e Yamaki (2016), uma vez que estas atividades além de promover interação social, também assegura qualidade de vida.

Figura 5: campo de futebol improvisado



Organização: autor, 2020.

Figura 6: campo de futebol improvisado



Organização: autor, 2020.

Percebe-se a necessidade e a importância da construção dos espaços de lazer, haja visto que é um direito de todo cidadão. O Estado deve cumprir com a sua obrigação de garantir esses espaços. Dessa forma, os significados do PMCMV no processo de produção do espaço urbano de Imperatriz, em particular, no conjunto habitacional Itamar Guará, evidenciam o descompromisso das ações desenvolvidas pelo Estado com as populações de baixa renda.

Portanto, há na realidade do conjunto, a partir dos elementos que foram estudados, destacando a saúde, educação e lazer, apontamentos para a segregação socioespacial, ou seja, os moradores do conjunto são desfavorecidos pela política que teve por princípios a inclusão social, porém, não promoveu diálogo com outras políticas urbanas e desencadeou a segregação socioespacial. Nessa direção, a segregação socioespacial consiste nas formas distintas de apropriação do espaço urbano.

4 CONCLUSÃO

A célere evolução do processo de urbanização do território brasileiro, desencadeou uma série de impactos socioespaciais. O crescimento demográfico das áreas urbanas do país não foi acompanhado de planejamento urbano, desta forma, surgiram problemáticas socioespaciais que demandaram a implantação de políticas habitacionais.

Assim sendo, as políticas habitacionais tornaram-se fundamentais para a organização do espaço urbano, principalmente, para amenizar problemas relacionados ao déficit habitacional que ainda apresenta altos índices na contemporaneidade. Portanto, foi nesse contexto que surgiu o PMCMV.

Diante desses fatos e mediante a realidade do conjunto habitacional Itamar Guará o PMCMV não garantiu a moradia digna a todos os cidadãos do conjunto, tal fato é confirmado nas vozes dos moradores, como também, nas observações feitas no conjunto. A falta de qualidade no material de construção das casas, falta de saneamento, qualidade da água, problemas relacionados à segurança, educação e lazer, revelam o sentido polissêmico da segregação socioespacial presente no conjunto.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sergio. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista de Administração Pública**, v. 22, n. 4, p. 107-119, 1988.

BRASIL. **Constituição Federal, 1988**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 21 de jan. de 2020.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Minha Casa Minha Vida – Habitação Popular**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>; Acesso em: 17 de jan de 2020.

CARDOSO, Adauto Lucio (Ed.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Observatório das Metrópoles, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, 2013.

CARVALHO, Camila; PATRÍCIO, Nuno; SCHUETT, Nils. A importância das áreas de uso comum em projetos de habitação social: o caso programa Minha Casa Minha Vida. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 3, n. 2, p. 24-35, 2014.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. Braga. **Revista portuguesa de educação**, v.16, 2003.

FRANK, Bruno José Rodrigues; YAMAKI, Humberto. Reflexões e teorias sobre o lazer- um roteiro para a Geografia. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 37, p. 91-109, 2016.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades, Imperatriz- MA**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/panorama>. Acessado em: 19 de fev. de 2020.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**. Rondonópolis – MT. V. VII, nº8, p. 129 a 153, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: DE ALMEIDA, Pedro Vasconcelos; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. 61-94.